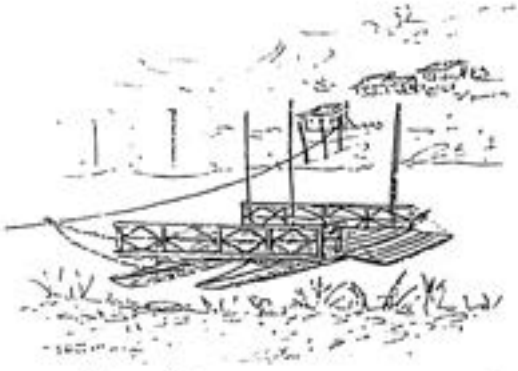
MUSEU FREI GALVÃO
ARQUIVO MEMÓRIA DE GUARATINGUETÁ
CENTRO SOCIAL DE GUARATINGUETÁ
Praça Conselheiro Rodrigues Alves - 48 - 2º andar
1999 **nº 184**

A NOVA GUARÁ E A VILA PARAÍBA



Fui vereador de 1948 a 1951. Como vereador da Oposição, integrante de uma bancada minoritária, eu bem sabia que os projetos que eu apresentasse não teriam qualquer chance de aprovação. Mas um que apresentei visando forçar os proprietários de terrenos vagos, a construir neles ou, se a área do imóvel comportasse, a loteá-los para que as pessoas de pouca renda pudessem neles edificar a sua sonhada "casa própria", esse meu projeto não morreu no nascedouro, pois o poderoso Prefeito de então (o Dr. André Broca Filho), se não chegou a autorizar sua aprovação (o que, aliás, era de se esperar), apresentou, contudo, inteligentemente (Guaratinguetá carecia, com urgência, de terrenos edificáveis), um substitutivo e o seu substitutivo foi aprovado por unanimidade. (1).

Em 1951, como candidato a Prefeito e com base na lei resultante do substitutivo do Dr. Broca, prometi que, se eleito, lotearia o terreno do Lazareto, que eu, por busca que dei no Cartório de Registros Imobiliários, sabia pertencer ao município de Guaratinguetá. Minha promessa era de lotear esse terreno para vender, por preço simbólico, isto é, o menor preço possível, cada lote (não mais que um) a quem não tivesse casa para morar. E como ganhamos a eleição, meus adversários políticos engendraram um plano para me impedir de lotear o Lazareto e, assim,, de cumprir minha promessa de candidato. Que fizeram eles? Trataram, antes que tomasse posse do cargo de Prefeito (fui eleito em outubro de 1951 e a posse só ocorreria no início do ano seguinte), de publicar editais destinados ao arrendamento, pelo prazo de cinco anos, daquele terreno, pois, se arrendado por cinco anos, eu, que tinha um mandato de quatro anos, não poderia loteá-lo. Que eu poderia fazer? Fiz fogo de encontro: chamei meu amigo José Nogueira e, a meu pedido, ele concordou em participar da concorrência, ofertando um aluguel tão alto que ninguém conseguisse superá-lo. E assim de fato ele fez e, abertas as propostas na Prefeitura, sob o olhar vigilante de um extraordinário servidor público municipal, Prof. Breno Viana, a proposta do José Nogueira ganhou de longe da proposta dos outros dois concorrentes (para os quais, aliás, a concorrência fora engendrada...). O Prof. Breno Viana declarou vencedora a proposta de José Nogueira, mas admirado com o elevadíssimo aluguel por ele proposto, não se conteve e lhe perguntou: "Que é que o senhor pretende explorar no

terreno para poder pagar tão elevado aluguel?" E o José Nogueira, gozador, lhe respondeu: "Não, professor, eu não pretendo tirar renda do terreno, eu só quero o terreno para pescar..." E eu, tão logo assumi o cargo de Prefeito, rescindi, de conformidade com plano pré-elaborado e com a concordância óbvia do arrendatário, o contrato de arrendamento e, assim, de posse do terreno, pudemos urbanizá-lo, loteá-lo e nele implantar a NOVA GUARÁ. O Prof. Breno quando, então, se inteirou dessa história toda, não se conteve e, superando sua nobre e costumeira seriedade, rompeu numa gargalhada. Não chegou a aprovar com palavras a nossa "marotice", mas que gostou, gostou. Grande Professor Breno!

O terreno onde está a Nova Guará e que ocupa uma área de cerca de vinte alqueires, era conhecido pelo nome de Lazareto e de Isolamento. É que nele existia um casarão, construiído para "quarentenas", isto é, para hospitalização de vítimas de uma epidemia de febre amarela que, na ocasião, dizimava e aterrorizava a nossa população. Nesse casarão, evidentemente depois de uma desinfecção completa, chegamos a realizar, em 1952, uma exposição para divulgação de nossa indústria e de nossa agro-pecuária, e ali funcionou, mesmo, depois, um grupo escolar estadual. Contudo, por força da tradição, o imóvel continuava a ser chamado de "Lazareto" e isso me aborrecia muito, porque, pensava eu, com esse nome, quem vai ter prazer de morar lá? Resolvemos então, eu e os dedicados Vereadores que me apoiavam, assim como o meu saudoso Vice-prefeito, Antonio Pereira Fróes, dar ao imóvel o nome de NOVA GUARÁ, e essa feliz denominação, que divulgamos por todos os meios ao nosso alcance, é a que, como se sabe, prevaleceu e certamente prevalecerá para sempre.

Para a implantação desse novo bairro, havia duas dificuldades:

1- Falta de dinheiro para urbanizar o terreno. A Prefeitura era então muito pobre, não tinha as receitas que a atual Constituição Federal dá aos municípios. Mas essa dificuldade foi superada pela dedicação e engenhosidade de José Carneiro Santiago, que, embora contando com apenas um pequeno trator com lâmina, projetou e, com dedicação, engenho e arte, conseguiu lotear e urbanizar o terreno, em larga extensão banhado pelo Rio Paraíba, mas em grande parte acidentado, com suas várias elevações. Fazer um loteamento premido por um orçamento pobre, não foi tarefa fácil: mesmo assim, porém, conseguimos realizar o "sonho da casa própria", a um custo tão baixo que pudemos vender os lotes por um preço meramente simbólico. E aí, felizmente, está a Nova Guará, que embora não tendo amplas e horizontais vias públicas, próprias de imóveis de bairros luxuosos, é, contudo, muito mais do que isso porque é "um sonho que se tornou realidade" e que traz a nós (meus correligionários e eu) que a idealizamos e realizamos, a reconfortante sensação do dever cumprido **(2)**.

2 - Havia ainda outra dificuldade: a inexistência de uma via de acesso permanente para a Nova Guará. Quem, passando pela Ponte Metálica, atingisse a margem esquerda do Rio Paraíba ou quem, vindo do bairro do Pedregulho, pela Av. João Pessoa, quisesse ir à Nova Guará, tinha, necessariamente, de transitar por um terreno esburacado e cheio de poças de água estagnada, de onde se extraía barro para a fabricação de tijolos, em olarias ali existentes, e esse terreno, pertencente à família Alves Motta, ficava, durante vários meses de cada ano, na época das chuvas, inundado pelo Rio Paraíba. Por esse terreno então só se passava de canoa, não podendo por ele o povo passar a fim de ir à Nova Guará. A Prefeitura não tinha dinheiro para construir uma ponte

ligando as duas margens do Rio Paraíba e o Estado, cujo governador era nosso adversário político, certamente que não a construiria. Resolvemos, portanto, o problema, de imediato, com uma balsa que colocamos ligando a margem direita do Rio Paraíba, em continuação da Rua Inês Theodora, no bairro de Santa Rita, à sua margem esquerda, na altura já da Nova Guará. A balsa foi, assim, uma solução, mas uma solução não satisfatória: a travessia do rio era, além de demorada, arriscada, principalmente para as crianças. Lembro-me do dia em que o serviço da balsa foi inaugurado, com muita gente, banda de música, cantoria e foguetório. Todos queriam participar da primeira travessia, a balsa ficou repleta e quando, em meio do percurso, já no centro do rio, o balseiro, inquieto, me disse em voz baixa: "Dr. Netinho, tomara que a balsa chegue logo do outro lado..." eu prestei atenção e vi, seriamente apreensivo mas sem dar a perceber minha apreensão, que a água do rio tocava, perigosamente, as bordas das canoas, afundadas, com o peso excessivo, mais do que deviam. Ah! só eu sei o alívio com que vi a balsa completar a travessia e dela as pessoas sairem felizes, cantando, com as crianças a correr na agitação própria da idade. Não havia dúvida: era preciso estabelecer outro meio de comunicação para a Nova Guará. E eu então projetei a desapropriação de uma faixa de terra, com 40 metros de largura que, passando pelo terreno da família Alves Motta, ligasse a Av. João Pessoa, a partir da cabeceira da Ponte Metálica, à Nova Guará, com a intenção de fazer, nessa faixa de terra, um avenida que denominaria Avenida Beira Rio, hoje Presidente Vargas. Antes de providenciar essa desapropriação, eu deveria procurar a família Alves Motta, dona do terreno cuja faixa eu pretendia desapropriar, não só porque a família Alves Motta merecia toda nossa consideração, como também porque, não tendo a Prefeitura muito dinheiro, o melhor era uma solução amigável. Assim, entrei em contato com Sr. Chico Motta (Francisco Alves Motta), chefe local da família Alves Motta, e ele ficou de me apresentar um parente, homem rico, morador em São Paulo, que talvez resolvesse lotear o terreno. Essa possibilidade me agradou, e muito, mas, sem embargo, iniciei o aterro destinado a implantação da projetada avenida de ligação da Av. João Pessoa com a Nova Guará. Iniciado o aterro, não demorou muito e uma comissão de engenheiros, funcionários estaduais, me procurou para dizer que iriam embargar a obra da Prefeitura porque, feito o aterro, as águas do rio Paraíba, impedidas, quando houvesse enchente, de invadir o terreno da família Alves Motta, à esquerda do rio, invadiriam a cidade, pela margem oposta, da direita. Evidente, era um golpe político, um "golpe baixo", mas eu já tinha consultado um engenheiro especialista no assunto, um deputado estadual comunista, ou tido com tal, e estava preparado para enfrentar aquela descabida ameaça de embargo. Falei tranquila mas seguramente, como se eu fosse o técnico e eles, leigos: "As águas que passam pelo vão da ponte, podem, obviamente, continuar passando, livremente, daí para a frente, sem invadirem a cidade, porque o leito do rio, em seguida à ponte, não terá largura inferior a do vão da ponte, nem declividade menor". Disse-lhes isso, mandei que lhe servissem o costumeiro cafezinho, eles olhando uns para os outros, despediram-se amavelmente, foram-se embora e nunca mais ninguém voltou a tocar no ameaçador embargo. Lembro aqui, a título de curiosidade, que os nossos correligionários diziam que São Pedro era a nosso favor, porque, enquanto fui Prefeito, não houve enchente em Guaratinguetá...

A VILA PARAÍBA

Algum tempo depois o Sr. Chico Motta me procurou e me apresentou o seu parente, o Comendador João Alves Motta. Homem prático, o Comendador foi logo no assunto: "se eu desistisse de desapropriar o terreno, ele urbanizaria aquela área alagadiça, subordinando o loteamento à nossa aprovação da planta e se obrigando a fazer a avenida de ligação, como eu

desejava". Eu, é claro, disse que, nessas condições, eu desistiria da desapropriação (em verdade, da intenção de desapropriar...), e ele, então, de pronto acrescentou que só faria a urbanização do terreno depois de dado seu projeto aviso ao Dr. Adhemar, seu chefe político. E já agora alegre, rindo, descontraído ponderou que, se aplicasse em loteamento, em São Paulo, o dinheiro que ia aplicar em Guaratinguetá, certamente teria lucro muito maior, mas que ele não estava ali pensando em lucro e, sim, em beneficiar sua terra natal, mesmo porque (e aí, revelou o seu gênio galhofeiro e divertido) ainda que ganhasse mais dinheiro ia continuar almoçando uma vez só, dormindo numa cama só e...citou uma terceira limitação que a natureza impõe ao homem. E já então revelou-se tal como era: um homem inteligente, empreendedor, capaz de dar o devido valor aos bens, como o dinheiro, e de saber aproveitar as boas coisas da vida. Gostei dele, vi que ele tinha realmente intenção de beneficiar aquele terreno alagadiço.

Um dia estava eu no escritório do Comendador João Alves Motta, em São Paulo, quando ali foi ter o Dr. Adhemar, a quem o Comendador contou o que estava pretendendo em Guaratinguetá. O Dr. Adhemar ouviu, disse que nada tinha a opor, mas advertiu: "em Guaratinguetá, o chefe de minha política, é o Broca". Eu é que não tinha nada que opor a isso e estava até muito satisfeito porque, com essa manifestação do Dr. Adhemar, o Comendador estava liberado para executar a urbanização de um terreno que tanto enfeiava a nossa cidade.

O Comendador João Alves Motta confirmou a boa impressão que tive dele: naquela área encharcada, cheia de poças d'água, ele implantou um núcleo residencial, a VILA PARAÍBA, que se tornou o "cartão postal" da cidade.

Antes de terminar este relatório, quero revelar um fato que diz respeito ao nosso modo de fazer política. Oswaldo Dixon, meu cunhado, que dirigia o escritório de urbanização do terreno e de venda de lotes, e que dá hoje o seu nome a uma das ruas da Vila Paraíba, não adquiriu nenhum lote para ele. Nem ele, nem eu. E certa ocasião o Comendador me pediu que fosse morar em uma das casas que ele já havia construído no local, alegando que o fato do Prefeito morar lá, facilitaria a divulgação e valorização do loteamento. Atendi o pedido, que, aliás, veio em boa hora porque eu estava precisando fazer mesmo alguns reparos em minha casa da Praça Homero Ottoni. E atendi sem medo de que pudessem pensar que o Comendador, em troca de algum favor, tivesse dado a sua casa, a mim, de presente. Não tive esse medo: naquela altura dos acontecimentos eu já tinha cimentado o meu bom conceito de político honesto; ninguém se atreveria, como não se atreveu, mesmo, a interpretar maldosamente o fato de eu ter ido morar em casa da Vila Paraíba. Ao contrário, todos compreenderam o significado do meu gesto, e viram confirmar-se a retidão desse juízo quando eu devolvi ao Comendador João Alves Motta, a casa que lhe pertencia.

Desejo que este relatório tenha para o historiador, interessado em conhecer a origem da Nova Guará e da Vila Paraíba, alguma serventia.

Guaratinguetá, 31 de janeiro de 1998.

A.A. DE CARVALHO NETO (Netinho)

NOTAS: **1)** O projeto de lei nº 7/48, que apresentamos, como Vereador data de 07-02-48, cujo substitutivo foi transformado em Lei nº 26, de 08-05-1948. Com base nessa lei foi que, no quadriênio seguinte (1952-1955), pudemos, já como Prefeito implantar, a Nova Guará. **2)** Na Nova Guará, além do Estádio Municipal, implantamos também o Núcleo Residencial do IAPI, onde, assim como na Nova Guará, pudemos realizar para os menos afortunados, o "sonho da casa própria". No desenho, a balsa sobre o rio Paraíba. Funcionou até a década de 1960, ligando a Nova Guará à Santa Rita.